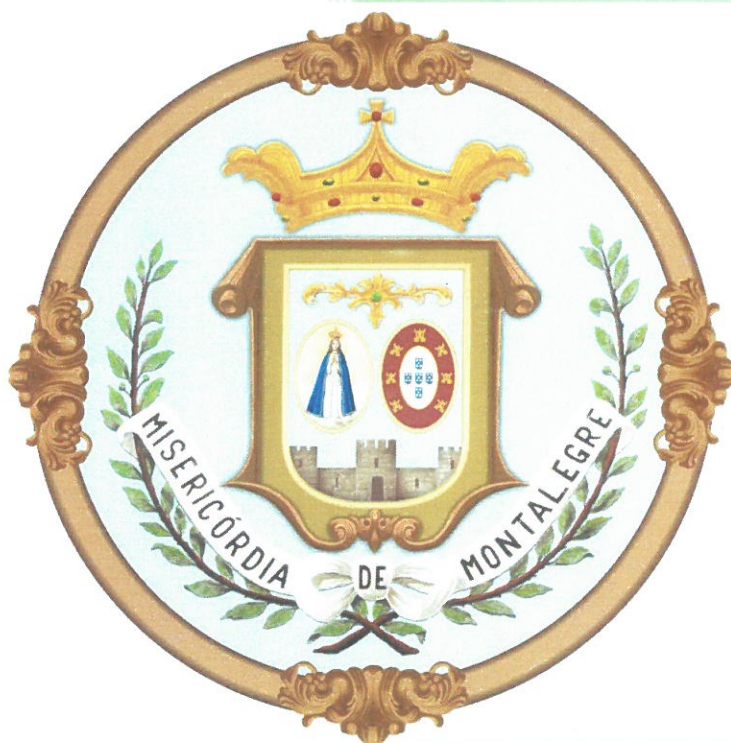


Paula Barros
Unif

Relatório de Atividades e contas 2023





Conteúdo

1. INSTITUIÇÃO.....	2
CARTÃO EMPRESA.....	3
IPSS – UTILIDADE PÚBLICA	4
ORGANOGRAMA DA INSTITUIÇÃO - 2024	6
QUADRO DE PESSOAL - 2024	7
ÓRGÃO SOCIAIS – 2024/2027	8
2. RELATÓRIO DE ATIVIDADES.....	9
RECURSOS HUMANOS.....	10
ERPI	11
SAD – Serviço de Apoio Domiciliário	11
CRECHE.....	12
UCCI – Unidade de Cuidados Continuados Integrados.....	12
Igreja da Misericórdia.....	12
APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2023.....	13
3. CONTAS 2023	14
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	52
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	53
CONCLUSÕES/AGRADECIMENTOS	55
APROVAÇÃO DA CONTA DE GERÊNCIA E RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2023	56



Santa Casa da Misericórdia de Montalegre

Handwritten signature in blue ink, likely of a representative of the institution.

1. INSTITUIÇÃO

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Montalegre foi constituída entre 1693 e 1715. Funcionou ao longo dos anos na Igreja da Misericórdia, que dispunha adicionalmente de três divisões onde se realizavam as sessões.

No séc. XIX teve forte ação e, em 1918, perante os malefícios da guerra, voltou a desenvolver importante trabalho assistencial. Em 1982 é como que “refundada” pelo Padre José Alves e é a partir daí que nascem as valências do Lar, Creche e Serviço de Apoio Domiciliário e mais recentemente a Unidade de Cuidados Continuados.

A Misericórdia é uma IPSS e hoje, fruto dos acordos com o Instituto de Segurança Social e do apoio do Município, presta apoio a mais de 200 pessoas e tem mais de 100 trabalhadores.

São objetivos da Instituição desenvolver atividades de intervenção social, designadamente os estipulados no Artigo 3º do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Montalegre, e como atividade secundária deve salvaguardar a defesa do património cultural e promover ou apoiar iniciativas que contribuam para o reforço dos direitos sociais e de promoção da coesão social e territorial.

Fun
Agus
Raul Barros
Ceef
2018

CARTÃO EMPRESA





IPSS – UTILIDADE PÚBLICA


 MINISTÉRIO DA PROTEÇÃO
 SOCIAL E SEGURANÇA
 SOCIAL
DECLARAÇÃO

Declara-se, em conformidade com o disposto no Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 172-A/2014 de 14 de novembro e pela Lei n.º 76/2015, de 28 de julho que alteram o Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 fevereiro, e de acordo com o Regulamento do Registo aprovado pela Portaria n.º 139/2007, de 29 de janeiro, que se procedeu ao registo definitivo de alteração dos estatutos da instituição particular de solidariedade social abaixo identificada, reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública.

A alteração de estatutos foi aprovada em 22/09/2015 pela autoridade eclesial competente e o registo foi lavrado pelo averbamento n.º 2, à inscrição n.º 1/96, a fls. 95 e 121 do Livro n.º 2 das Irmandades da Misericórdia, considerando-se efetuado em 14/01/2016, nos termos do n.º 4 do art.º 9.º do Regulamento acima citado.

Dos estatutos consta, nomeadamente, o seguinte:

Denominação – IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONTALEGRE

NIF – 501 745 963

Sede – Rua General Humberto Delgado, n.º 473 – Montalegre – Vila Real

Fins - Conceder bens e desenvolver atividades de intervenção social, designadamente de: apoio à infância e juventude, designadamente a crianças e jovens em perigo; apoio às pessoas idosas, às pessoas com deficiência e incapacidade, às pessoas em situação de necessidade ou de dependência, sem-abrigo e a vítimas de violência doméstica; apoio à família e comunidade em geral; apoio à integração social e comunitária; promoção da saúde, prevenção da doença e prestação de cuidados na perspetiva curativa, de reabilitação e reintegração, designadamente através da criação, exploração e manutenção de unidades de cuidados continuados e paliativos, serviços de diagnóstico e terapêutica, cuidados primários de saúde e tratamentos de doenças do foro mental ou psiquiátrico e de demências, bem como aquisição e fornecimento de medicamentos e assistência medicamentosa; promoção da educação, da formação profissional e da igualdade de homens e mulheres; habitação e turismo social. Secundariamente: Salvaguarda e defesa do património cultural e artístico, material e imaterial, religioso ou não; empreendedorismo e outras respostas e serviços não incluídos nas alíneas precedentes, desde que enquadráveis no âmbito da economia social, isto é, desde que

DIREÇÃO-GERAL DA SEGURANÇA SOCIAL

Largo do Bateio, 1255-144 LISBOA - Tel: 214 950 950 - VoIP 32150 - Fax: 214 950 992 - 2155 830 3200 01

NIF 500000000 - NIF 500000000 - NIF 500000000 - NIF 500000000

14/01/2016

Fun
Dfzur
unip.
Aut
2023



REPÚBLICA
PORTUGUESA

INSTITUTO DE
SEGURANÇA SOCIAL

contribuam para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos e para a sustentabilidade da instituição; atividade agrícola.

Direção-Geral da Segurança Social, em

16 MAR 2011

Pelo Diretor-Geral


Rui Santos
(Chefe de Divisão)

REF

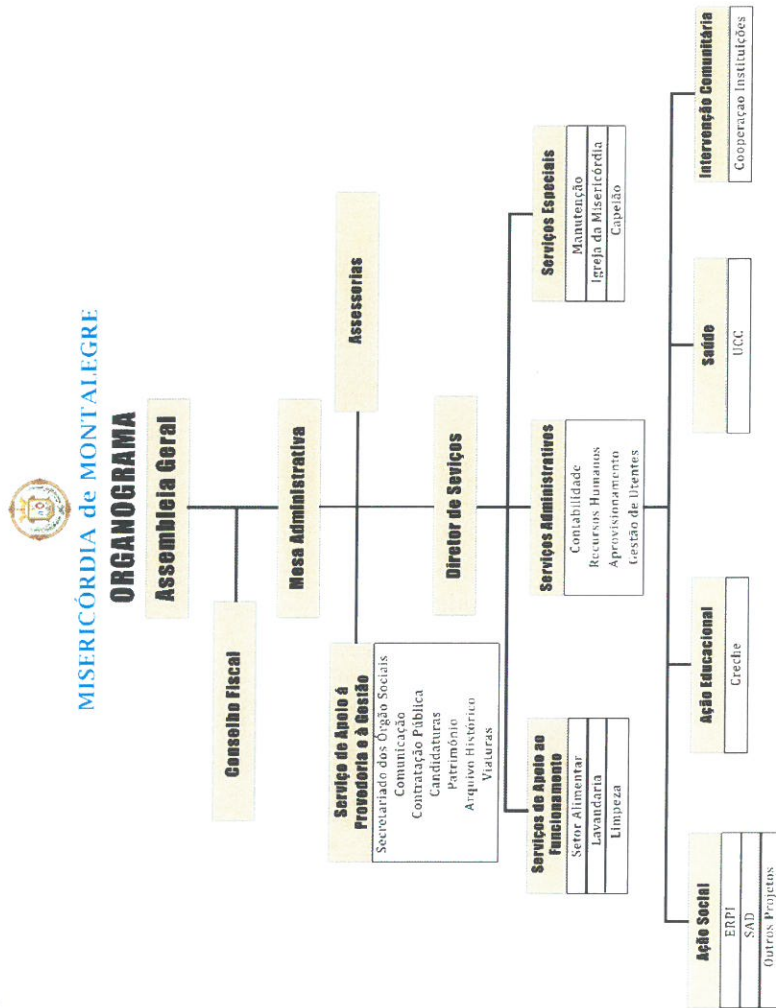
DIREÇÃO-GERAL DA SEGURANÇA SOCIAL

Av. da Liberdade 138 - 1200-080 LISBOA - Tel: 21 351 00 00 - 21 351 00 01 - Fax: 21 351 00 00 - e-mail: dgs@sgs.gov.pt

Site: www.sgs.gov.pt - www.sgs.gov.pt/pt/seguranca-social/seguranca-social.aspx

16 MAR 2011

ORGANOGRAMA DA INSTITUIÇÃO - 2024



*Fun
Dg
Cief
Paulo*

QUADRO DE PESSOAL - 2024

Perfil Profissional	Profissionais			*Afetação dos Profissionais à Resposta Social			
	Quadro	Previstos	*Ocupados	ERPI	SAD	UCC	CRECHE
Diretor de Serviços da MISERICÓRDIA	0	1	0	0,50	0,05	0,30	0,15
Secretário-Geral (apoio à Provedoria e gestão)	0	1	1	0,50	0	0,50	0
Assistente Administrativo	0	2	2	0,90	0,05	1	0,05
Diretor Técnico ERPI/SAD (Técnico Superior Serviço Social)	1	1	1	0,95	0,05	0	0
Educador Social/ Animadora	3	2	2	1	0	1	0
Encarregado de serviços gerais	1	1	1	0,97	0,03	0	0
Encarregado de setor (serviços gerais)	0	2	2	1	0	1	0
Ajudante de lar e Centro de dia	16	27	20	19	0	1	0
Ajudante de cozinha	6	6	5	4	0,25	0,75	0
Cozinheiro	2	4	3	1	0,30	0,70	1
Operador Lavandaria	0	1	1	0,95	0,05	0	0
Trabalhador serviços gerais	4	10	26	13	0	12	1
Ajudante familiar/ domiciliário	1	1	1	0	1	0	0
Diretor Técnico UCC	0,50	0,50	0,50	0	0	0,50	0
Enfermeiro Coordenador UCC	0,50	0,50	0,50	0	0	0,50	0
Enfermeiro (inclui Enf. de Reabilitação)	11	16	17,00	2	0	15,00	0
Médico (inclui fisiatra)	2	3	3	0	0	3	0
Psicólogo	1	1	1	0	0	1	0
Fisioterapeuta	2	2	1,50	0	0	1,50	0
Técnico Superior Serviço Social	2,50	2,50	2,50	0,95	0,05	1,50	0
Terapeuta da Fala	0,20	0	0,20	0	0	0,20	0
Nutricionista	0,20	0	0,20	0	0	0,20	0
Terapeuta Ocupacional	1	1	1	0	0	1	0
Farmacêutico	0,30	0,30	0,30	0	0	0,30	0
Auxiliar ação médica	12	12	3	0	0	3	0
Auxiliar técnico de manutenção	0	1	0,50	0	0	0,50	0
Educador de infância (inclui Diretor Técnico - CRECHE)	3	3	3	0	0	0	3
Ajudante de ação educativa	5	5	5	0	0	0	5
Total			104	46,72	1,83	46,45	10,2

* Inclui prestação de serviços

ÓRGÃO SOCIAIS – 2024/2027

Assembleia Geral		
Nome	Cargo	N.º Irmão
José Gonçalves Justo	Presidente	95
Paulo Jorge Baia Barros	Vice-Presidente	187
Maria Leonor Rua de Moura Rodrigues Nunes	Secretária	347

Mesa Administrativa		
Nome	Cargo	N.º Irmão
Fernando José Gomes Rodrigues	Provedor	151
Maria Manuela Flambo Pedreira Carvalho	Vice-Provedora	441
Alberto Armindo do Braz Moura	Secretário	440
António Dias Henriques	Tesoureiro	379
Paulo Jorge Dias Barroso	Vogal	442
José Avelino Vaz Souto	1ª Suplente	301
João Jorge Lopes e Silva	2ª Suplente	287

Conselho Fiscal		
Nome	Cargo	N.º Irmão
João Batista Branco Alves	Presidente	152
Paulo Jorge Miranda da Cruz	Vice-Presidente	426
Alberto Carvalho Martins	Secretário	132
António Maria Batista dos Santos	1ª Suplente	47
João Paulo Branco Gonçalves Barroso	2ª Suplente	415
António Morais da Costa	3ª Suplente	425



Santa Casa da **Misericórdia de Montalegre**

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Fm', 'Aguiar', 'Chaf', 'Paulo', and 'Jes'.

2. RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Exmos. Irmãos,

Como determina a lei, vem a Mesa Administrativa apresentar o Relatório de Atividades e a Conta de Gerência com todos os documentos anexos elaborados pela empresa de contabilidade e pelo Revisor Oficial de Contas.

Apresentamos desde já os documentos essenciais da Instituição, o Organograma, o Mapa de Pessoal geral e a listagem dos Órgãos Sociais.

Numa prática de continuidade o Plano de 2023 reforçava os objetivos anteriores de consolidação tendo em conta a satisfação de uma boa e rigorosa funcionalidade em termos de recursos humanos, serviços, ações e enquadramento financeiro. E mantinha-se a aposta na formação na qualidade dos serviços e na sua melhor prestação dos cuidados aos utentes.

O Plano referia uma serie de iniciativas recorrentes e outras novas, sendo condicionado à realidade que durante o ano se verificasse.

Cumpriu-se globalmente o planeamento das ações e levamos a cabo algumas obras de manutenção e conservação, tendo a inflação, as taxas de juro que encareceu empréstimo da UCC, como os aumentos dos vencimentos do pessoal e mais admissões, mas sobretudo os gastos com o antigo sistema de aquecimento e com os preços elevados do gás, exigido alguma prudência nos investimentos.

A nossa principal ação estava focada na larga beneficiação das instalações, com muitos anos e degradadas, tendo sido lançada a obra de beneficiação do revestimento da UCC e a beneficiação interior do Lar S. José (PARES).

Apesar das dificuldades, as contas apresentam saldo positivo.

Montalegre, março de 2024

O Provedor

Fernando Rodrigues

RECURSOS HUMANOS

A Misericórdia é hoje responsável por mais de 100 postos de trabalho, com uma grande variedade de categorias e qualificações.

Para além de toda a complexidade na legislação laboral, a nossa ação obriga ainda a trabalho em três turnos, manhã, tarde e noite, incluindo fins-de-semana e feriados, o que torna muito difícil o enquadramento desta exigência e das normas legais, para além de dificuldades de conciliar interesses legítimos da vida pessoal e familiar e o trabalho.

Sabemos que é assim, mas fazemos tudo para encontrar sempre as melhores soluções para além do respeito pelos direitos e normas estabelecidas por lei.

Depois de alguma incerteza com diretivas do Governo em 2022, sobre salários e regalias, estabilizou-se em 2023 e os normativos legais a aplicar estão hoje mais esclarecidos e clarificados. Houve alterações várias e em remunerações, tendo-se ganho em clareza e estabilidade. Houve e vai continuar a haver aumentos salariais, seja dos aumentos legais como das progressões.

Apesar de a legislação não o obrigar, fizemos aumentos gerais à grelha salarial.

Quando se fala de valor líquido que o trabalhador auferir de salários é efetivamente pouco, mas o valor bruto, que a Misericórdia assume, representa perto do dobro dessa importância. Veja-se que só em despesas de pessoal contabilizou-se o valor de 1.783.511,06 €, mais 85.000,00 € que no ano anterior, mas não tivemos o SAAS, o que aumenta na realidade mais de 130.000,00 €.

A Misericórdia tem vindo a praticar ainda regalias laborais para além da lei:

- A refeição (almoço ou jantar) é na Instituição e esse período conta como tempo no horário de trabalho (30 minutos);
- Para o pequeno-almoço, que a Misericórdia assume, há 15 minutos que também contam como horário de trabalho. E o mesmo acontece com o lanche.
- O trabalhador tem direito a uma hora de descanso no período de trabalho diário, mas por conta do trabalhador. Nós acordamos, como a lei admite, apenas meia hora, mas por conta da entidade patronal.
- Os feriados são pagos com acréscimo de 100% ou em alternativa tem de ser concedido um dia de folga, como determina agora a lei.
- A tarde de 24 de dezembro é paga com acréscimo de 100% apesar de se tratar de horário normal.
- O dia da festa do Senhor da Piedade é pago com acréscimo de 100% apesar de se tratar horário normal.
- Mantemos o prémio a cada trabalhador aposentado pelo período de serviço (cerca de 500,00€)



- Mantemos o prémio a cada trabalhador aposentado pelo período de serviço (cerca de 500,00€)

ERPI

Como nos anos anteriores, melhoramos o serviço e as instalações.

As atividades de animação representam um leque de iniciativas regulares importantes na ocupação e socialização dos utentes.

Nesta valência temos 2 encarregadas, 15 ajudantes de lar ou ação direta, 15 trabalhadores de serviços gerais e 2 enfermeiras, cumprindo por excesso o número exigido de trabalhadores.

Equipamentos

Gastamos cerca de 8.000,00 € no seguinte equipamento:

- Carros de transporte de louça
- Ajudas técnicas
- Atoalhados
- Frigorífico farmácia
- Ar condicionado

Obras

Gastamos cerca de 40.000,00 € em pequenas obras e outros investimentos

- Rede de internet edifício
- Reparação casas de banho (chão e outros)
- Vestiários homens
- Reparação de paredes interiores e exteriores
- Reparação de escadas interiores de emergência
- Outras pequenas reparações no edifício

SAD – Serviço de Apoio Domiciliário

O serviço de apoio domiciliário continua a diminuir e poderá extinguir-se por falta de procura. As exigências da Segurança Social crescem e criam problemas a esta resposta social apesar de ser de pequena dimensão na estrutura da Misericórdia.

Apesar das dificuldades continuamos a prestar o serviço da melhor forma e temos vindo a enquadrar as exigências.

Temos uma viatura afeta a este serviço, uma funcionária e uma que cobre as folgas, fins-de-semana, mais serviço de cozinha, para além da lavandaria, pois o SAD compreende alimentação, tratamento de roupa e limpeza de casa, podendo acrescentar outros serviços à parte.



CRECHE

A Creche continua a apresentar dificuldades, mas temos mantido uma média de crianças acima daquilo que se previa há 3-4 anos. A gratuidade trouxe também mais crianças à creche. Criamos condições para abrir mais salas, agora com 3 educadoras de infância e mais auxiliares, e respondemos às famílias e acolhemos 56 crianças.

Fizemos investimento de cerca de 4.000,00 € em material e 30.000,00 € em obras.

Obras e Equipamentos

- Vário material didático e mobiliário
- Várias obras de manutenção
- Aquisição de pré-fabricado (arrecadação)

UCCI – Unidade de Cuidados Continuados Integrados

A exploração da UCC é problemática. Uma unidade igual a esta em Braga ou no Porto gasta menos 40.000,00 € de aquecimento por ano, e recebe o mesmo valor de financiamento. E estes últimos anos houve ainda o aumento do custo do gás para aquecimento. Foi o aumento do financiamento do Governo que veio trazer um novo alento.

Fizemos as obras de reparação da tubagem e foi feito o concurso e adjudicadas as obras de revestimento exteriores, que vão iniciar-se logo que as condições climatéricas o permitam.

Obras e Equipamentos

- Substituição de tubagem aquecimento (debitar ao empreiteiro)
- Reparação de estores
- Substituição do chão de casas de banho
- Forno
- Frigorífico
- Artigos de informática
- Outras pequenas obras de conservação

Igreja da Misericórdia

A igreja continua aberta com a colaboração do Ecomuseu.

APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2023

MESA ADMINISTRATIVA

O presente **Relatório de Atividades de 2023** foi apresentado, discutido e APROVADO por unanimidade em reunião da Mesa Administrativa de 21 de março de 2024.

Montalegre, 21 março de 2024

O Provedor


Fernando José Gomes Rodrigues

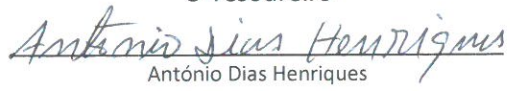
A Vice-Provedora


Maria Manuela Flambo Pedreira Carvalho

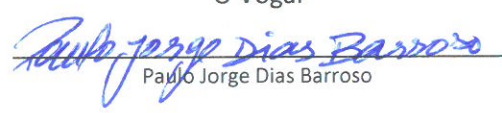
O Secretário


Alberto Armindo do Braz Moura

O Tesoureiro


António Dias Henriques

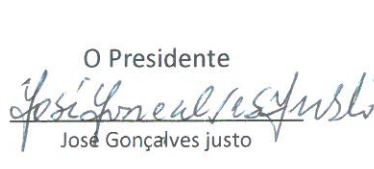
O Vogal


Paulo Jorge Dias Barroso

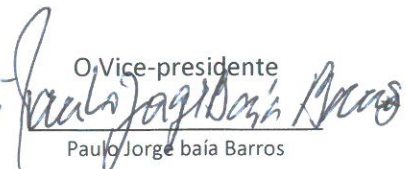
ASSEMBLEIA GERAL

O presente **Relatório de Atividades de 2023** foi apresentado, discutido e APROVADO em reunião da Assembleia Geral de 28 de março de 2024

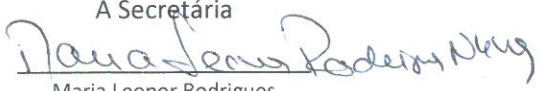
O Presidente


José Gonçalves Justo

O Vice-presidente


Paulo Jorge Dias Barroso

A Secretária


Maria Leonor Rodrigues



Santa Casa da **Misericórdia de Montalegre**

Handwritten signatures and initials in blue ink.

3. CONTAS 2023

A seguir anexamos a Conta de Gerência, Relatório de Gestão, documentos contabilísticos relativamente à análise de gastos e rendimentos, balanço e demonstração de resultados e anexamos também a Proposta de Aplicação de Resultados com o Parecer do Conselho Fiscal.

Apesar de se terem normalizado os custos com o aumento de muitos consumíveis na pandemia, tivemos este ano a inflação e os anormais gastos pelo preço do gás para aquecimento e o aumento da mensalidade ao banco do empréstimo da UCC que subiu mais de 4.000,00 €.

Foi um ano muito difícil, e só o aumento razoável do Governo no financiamento às várias respostas permitiu apresentar este saldo positivo.

Para uma breve compreensão seguem as contas resumidamente.

- Receita: 3.228.581,54 €
- Despesa: 3.126.918,15 €
- Gastos com pessoal: 1.783.511,06 €
- Resultado líquido: 101.663,39 €
- Depreciações e amortizações: 225.966,72 €
- Passivo (empréstimo UCC): 946.757,66 €



Santa Casa da
Misericórdia de Montalegre

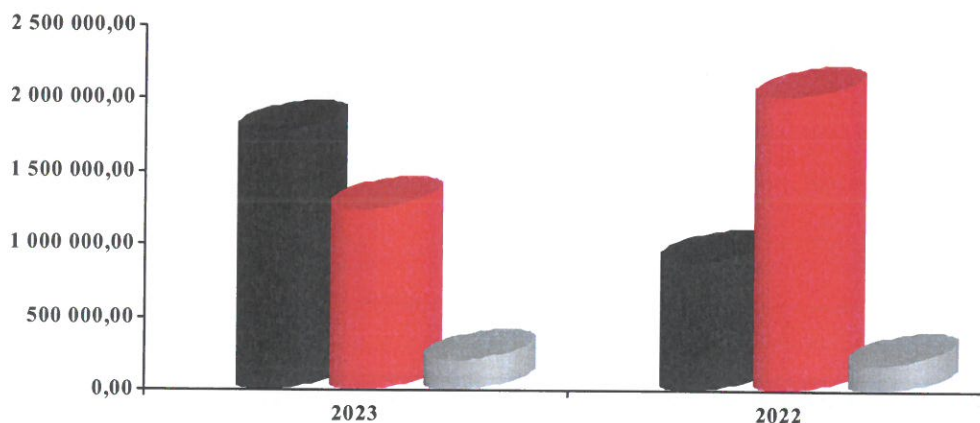
Função
Assinatura
Paulo Borges

CONTAS DE GERÊNCIA 2023



GRÁFICOS COMPARATIVOS

RENDIMENTOS

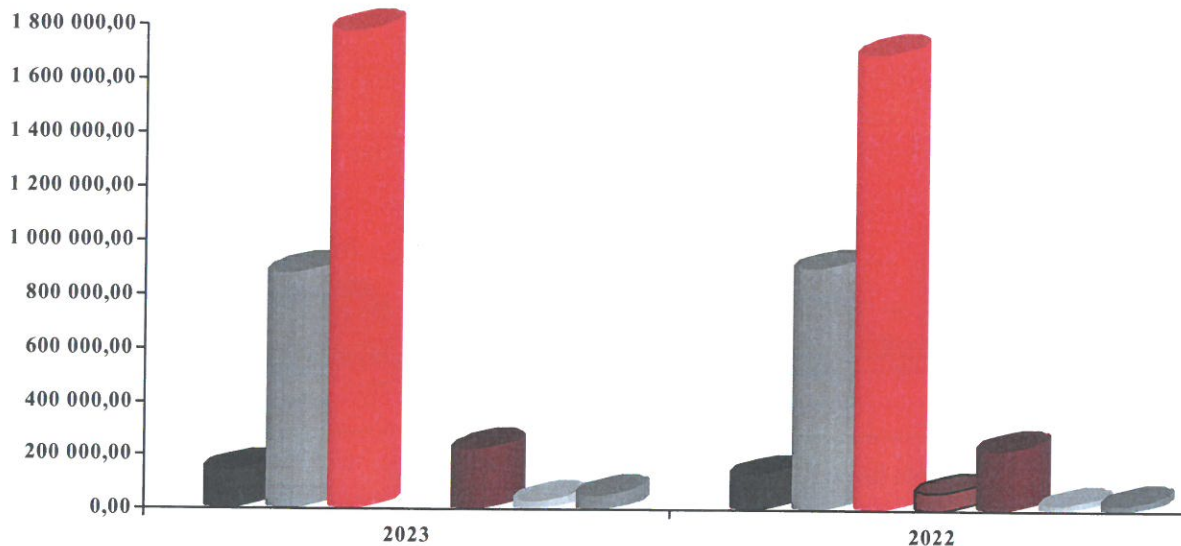


■ Prestação de Serviços

■ Subsídios à Exploração

■ Outros Rendimentos

GASTOS



■ Custo Inv. Vend. Mat. Consumidas

■ Gastos Com Pessoal

■ Depreciações e Amortizações

■ Gastos e Perdas Financiamento

■ Fornecimentos e Serviços

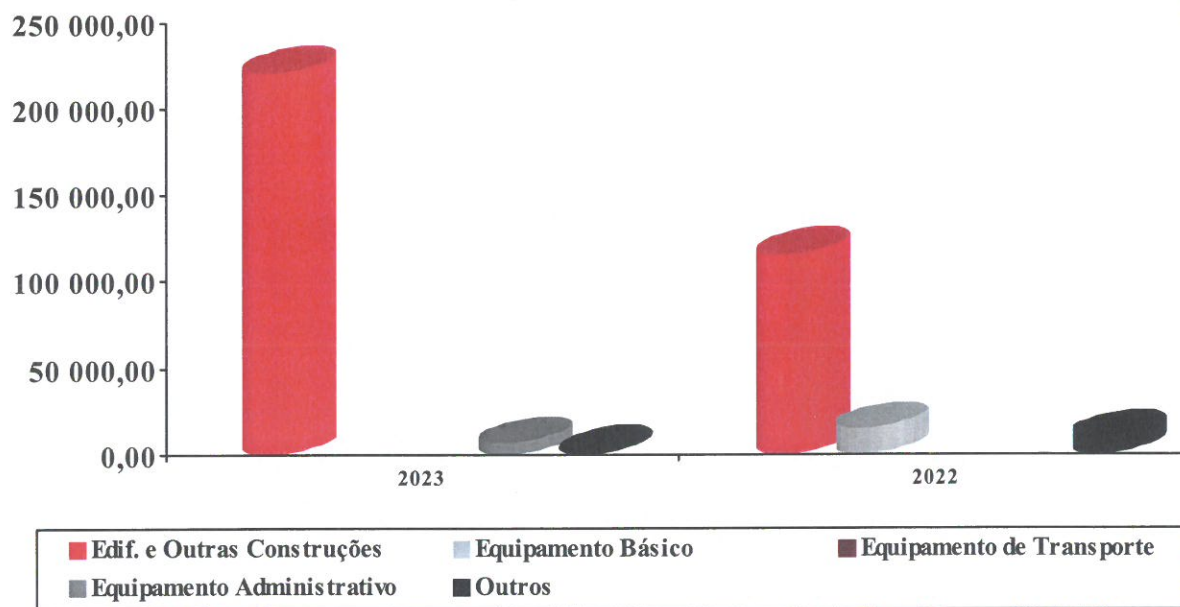
■ Provisões

■ Outros Gastos

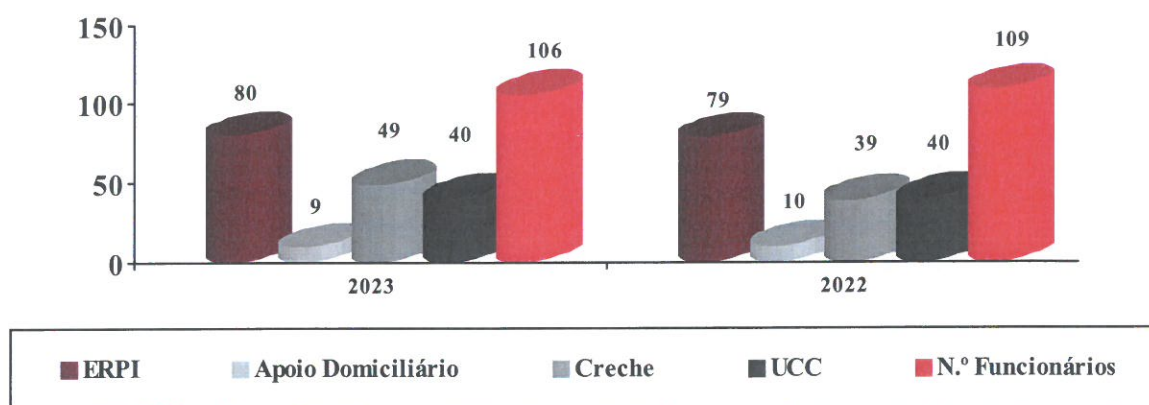


Handwritten signature and name: Paulo Barros

INVESTIMENTOS



CLIENTES E TRABALHADORES





Análise de Gastos e Rendimentos

Descrição	Contas de Gerência		Variação	Orçamento	Variação
Gastos	2023 (A)	2022 (B)	A - B	2023 (D)	A - D
61. CMVMC					
- Géneros alimentares e outros	40 640,20	33 011,50	7 628,70	38 800,00	1 840,20
- Medicamentos e consumíveis	105 000,29	101 910,71	3 089,58	102 000,00	3 000,29
Total 61	145 640,49	134 922,21	10 718,28	140 800,00	4 840,49
62. Fornecimentos e serviços externos					
- Subcontratos	226 988,88	201 827,93	25 160,95	222 200,00	4 788,88
- Trabalhos especializados	114 077,61	105 312,99	8 764,62	117 000,00	-2 922,39
- Publicidade e propaganda	6 105,49	858,74	5 246,75	5 600,00	505,49
- Vigilância e segurança	1 984,39	427,14	1 557,25	2 200,00	-215,61
- Honorários	82 334,99	66 702,98	15 632,01	70 300,00	12 034,99
- Rouparia	19 116,46	20 437,36	-1 320,90	22 000,00	-2 883,54
- Cons. reparação (edif., equip. e viaturas)	62 120,71	39 293,59	22 827,12	59 800,00	2 320,71
- Serviços bancários	604,01	441,20	162,81	600,00	4,01
- Outros serviços (p.eventual, art. decoração, c		295,20	-295,20		
- Ferramentas e utensílios	13 599,22	5 021,61	8 577,61	14 400,00	-800,78
- Material de escritório	8 363,42	8 335,18	28,24	6 900,00	1 463,42
- Artigos p/ oferta		2 927,17	-2 927,17		
- Encargos com utentes	27 889,40	25 938,55	1 950,85	29 600,00	-1 710,60
- Eletricidade	63 141,81	86 796,44	-23 654,63	72 400,00	-9 258,19
- Combustíveis (gasolina, gasóleo, gás)	184 016,39	271 495,22	-87 478,83	207 700,00	-23 683,61
- Água	10 514,63	6 526,15	3 988,48	8 500,00	2 014,63
- Ar medicinal					
- Deslocações e estadas	3 940,93	2 637,44	1 303,49	3 500,00	440,93
- Rendas e alugueres		246,00	-246,00		
- Comunicação	9 191,55	8 550,45	641,10	8 800,00	391,55
- Seguros	7 422,98	7 234,40	188,58	7 500,00	-77,02
- Contencioso e notariado	870,81	186,00	684,81	850,00	20,81
- Despesas de representação	5 327,88	504,53	4 823,35	7 700,00	-2 372,12
- Limpeza, higiene e conforto	32 685,85	36 475,11	-3 789,26	27 000,00	5 685,85
- Outros fornecimentos e serviços	1,67	20,19	-18,52	2,50	-0,83
Total 62	880 299,08	898 491,57	-18 192,49	894 552,50	-14 253,42
63. Gastos com o pessoal					
- Vencimentos	1 472 530,74	1 405 862,05	66 668,69	1 472 000,00	530,74
- Encargos com segurança social	280 253,40	266 079,34	14 174,06	281 100,00	-846,60
- Seguros de acidentes no trabalho	22 432,40	18 174,84	4 257,56	20 700,00	1 732,40
- Outros gastos com pessoal	8 294,52	8 405,46	-110,94	7 000,00	1 294,52
Total 63	1 783 511,06	1 698 521,69	84 989,37	1 780 800,00	2 711,06
64. Gastos de depreciação e de amortização	225 966,72	227 668,43	-1 701,71	228 500,00	-2 533,28
65. Perdas por imparidade					
66. Perdas por redução de justo valor		1 058,92	-1 058,92		
67. Provisões do período		67 598,61	-67 598,61		
68. Outros gastos e perdas					
- Impostos e taxas	2 046,25	2 357,52	-311,27	2 100,00	-53,75
- Correções rel. períodos anteriores	27 374,73	16 647,25	10 727,48	13 900,00	13 474,73
- Quotizações	2 600,00	2 600,00		2 300,00	300,00
- Multas	816,00	0,25	815,75		816,00
- Outros não especificados	1 940,85		1 940,85	2 800,00	-859,15
Total 68	34 777,83	21 605,02	13 172,81	21 100,00	13 677,83
69. Gastos e perdas de financiamento	56 722,97	28 252,20	28 470,77	53 000,00	3 722,97
Total Gastos	3 126 918,15	3 078 118,65	117 457,03	3 118 752,50	8 165,65

A Entidade

Paulo Barros

O Contabilista Certificado

Luís Leite
CC nº 39242



Análise de Gastos e Rendimentos

Descrição	Contas de Gerência		Variação	Orçamento	Variação
Rendimentos	2023 (A)	2022 (B)	A - B	2023 (D)	A - D
71. Vendas					
72. Prestação de serviços					
- Infância e Juventude					
- Creche	235 568,71	30 000,51	205 568,20	20 300,00	215 268,71
- Terceira Idade					
- ERPI	1 247 229,05	655 953,42	591 275,63	713 800,00	533 429,05
- Apoio Domiciliário	60 771,14	17 134,21	43 636,93	15 500,00	45 271,14
- Unidade de cuidados continuados	189 021,62	157 569,59	31 452,03	187 300,00	1 721,62
- Quotizações e jóias	3 775,50	2 304,00	1 471,50	2 300,00	1 475,50
- Outras prestações de serviços	36 645,35	24 547,93	12 097,42	32 100,00	4 545,35
Total 72	1 773 011,37	887 509,66	885 501,71	971 300,00	801 711,37
74. Trabalhos p/ própria empresa					
75. Subsídios à exploração					
- Infância e Juventude					
- Creche		167 432,19	-167 432,19	210 100,00	-210 100,00
- Terceira Idade					
- ERPI		475 064,48	-475 064,48	524 300,00	-524 300,00
- Apoio Domiciliário		43 716,76	-43 716,76	44 100,00	-44 100,00
- Unidade de cuidados continuados	984 073,40	988 296,53	-4 223,13	980 900,00	3 173,40
- Serviço de Atend. E Acomp. Social		79 341,00	-79 341,00		
- IEFPP	19 575,95	39 597,58	-20 021,63	18 500,00	1 075,95
- Compensação RMMG		4 256,00	-4 256,00		
- Segurança Social - Adaptar Social +		2 256,96	-2 256,96		
- Autarquias	240 000,00	216 000,00	24 000,00	240 000,00	
Total 75	1 243 649,35	2 015 961,50	-772 312,15	2 017 900,00	-774 250,65
76/7. Reversões/ganhos aumento justo valor	794,50		794,50		794,50
78. Outros rendimentos e ganhos					
- Alienação ativos fixos tangíveis	12 683,14		12 683,14	9 500,00	3 183,14
- Descontos de p. pagamento obtidos	74,32	251,83	-177,51	80,00	-5,68
- Comparticipação energia		100,00	-100,00		
- Transporte de utentes		748,21	-748,21		
- Imputação de subs. para investimentos	87 151,44	87 151,44		87 200,00	-48,56
- Benefícios pen. contratuais	4 496,75	3 394,77	1 101,98	4 200,00	296,75
- Donativos	3 714,63	2 105,37	1 609,26		3 714,63
- Correções rel. períodos anteriores	9 454,38	6 537,96	2 916,42	4 100,00	5 354,38
- Subsídio de refeição em espécie	92 106,58	87 901,08	4 205,50	98 500,00	-6 393,42
- Comparticipação funerais	1 441,29		1 441,29	1 500,00	-58,71
- Outros não especificados	3,79	933,29	-929,50	1 000,00	-996,21
Total 78	211 126,32	189 123,95	22 002,37	206 080,00	5 046,32
79. Juros, dividendos o. rendimentos simil.					
Total Rendimentos	3 228 581,54	3 092 595,11	135 986,43	3 195 280,00	33 301,54

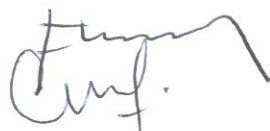
Resultado (Rendimentos-Gastos)	101 663,39	14 476,46	18 529,40	76 527,50	25 135,89
--	-------------------	------------------	------------------	------------------	------------------

Variação de Utentes		
Respostas Sociais	2023	2022
Infância e Juventude		
Creche	49 (P44)	39 (P44)
Pré-Escolar		
Terceira Idade		
ERPI	80 (P80)	79 (P80)
Centro de Dia		
Apoio Domiciliário	9 (P20)	10 (P20)
Unidade Cuidados Continuados	40 (P40)	40 (P40)

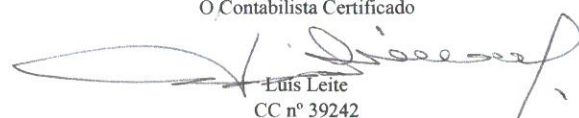
Variação do Pessoal	
Anos	Funcionários
2023	106
2022	109

Investimentos		
	2023	2022
Edifícios	220 543,62 €	116 061,80 €
Equipamento Básico		14 983,91 €
Equipamento Administrativo	6 794,72 €	
Equipamento Transporte		
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1 279,20 €	10 285,84 €
AFT em curso		
Total	228 617,54 €	141 331,55 €

A Entidade


Paulo Basson

O Contabilista Certificado


Luís Leite
CC nº 39242



Santa Casa da
Misericórdia de Montalegre

Moeda: EUR

Balanço individual em 31-12-2023

RUBRICAS	NOTAS	Data	
		31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	4 901 028,71	4 927 451,69
Ativos intangíveis	6	3 763,65	6 271,95
Investimentos financeiros	7.1	21 849,63	20 410,13
		4 926 641,99	4 954 133,77
Ativo corrente			
Inventários	8	46 201,63	42 172,70
Créditos a receber	15.1; 15.3; 15.4	188 674,80	117 969,64
Estado e outros entes públicos	15.2	16 943,39	13 444,75
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/me	15.1	5 007,50	4 233,50
Diferimentos	15.5	23 230,87	29 468,94
Outros ativos correntes	15.1	69 374,86	200 683,17
Caixa e depósitos bancários	4	403 112,79	383 306,26
		752 545,84	791 278,96
Total do ativo		5 679 187,83	5 745 412,73
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	12.2	240 804,23	240 804,23
Resultados transitados	12.2	1 296 497,30	1 282 020,84
Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	12.2	2 430 424,74	2 517 576,18
		3 967 726,27	4 040 401,25
Resultado líquido do período	12.2	101 663,39	14 476,46
Total do Fundo Patrimonial		4 069 389,66	4 054 877,71
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	10	48 574,32	67 598,61
Financiamentos obtidos	12.1	946 757,66	1 068 605,40
		995 331,98	1 136 204,01
Passivo corrente			
Fornecedores	15.1	53 060,20	18 205,28
Estado e outros entes públicos	15.2	68 797,02	46 100,84
Financiamentos obtidos	12.1	135 716,32	137 419,44
Diferimentos	15.5	24 296,33	59 991,05
Outros passivos correntes	15.1; 15.3; 15.4	332 596,32	292 614,40
		614 466,19	554 331,01
Total do passivo		1 609 798,17	1 690 535,02
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		5 679 187,83	5 745 412,73

A Entidade

[Signature]
[Signature]
[Signature]

O Contabilista Certificado

[Signature]
Luís Leite
CC n.º 39242



Santa Casa da
Misericórdia de Montalegre

Moeda: EUR

Demonstração individual dos resultados por naturezas do período findo em 31-12-2023

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	9	1 773 011,37	887 509,66
Subsídios, doações e legados à exploração	11	1 243 649,35	2 015 961,50
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-145 640,49	-134 922,21
Fornecimentos e serviços externos	15.6	-880 299,08	-898 491,57
Gastos com o pessoal	13	-1 783 511,06	-1 698 521,69
Provisões (aumentos/reduções)			-67 598,61
Aumentos/reduções de justo valor	7.2	794,50	-1 058,92
Outros rendimentos	11; 15.9	211 126,32	189 123,95
Outros gastos	15.7	-34 777,83	-21 605,02
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		384 353,08	270 397,09
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5; 6	-225 966,72	-227 668,43
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		158 386,36	42 728,66
Juros e gastos similares suportados	15.8	-56 722,97	-28 252,20
Resultado antes de impostos		101 663,39	14 476,46
Resultado líquido do período		101 663,39	14 476,46

A Entidade

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

O Contabilista Certificado

[Handwritten signature]
Luís Leite
CC n.º 39242



Santa Casa da
Misericórdia de Montalegre

Moeda: EUR

Demonstração individual de fluxos de caixa período findo em 31 de dezembro de 2023

RUBRICAS	NOTAS	Exercícios	
		2023	2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes e utentes		965 903,88	1 151 741,31
Recebimentos de subvenções		1 807 115,14	1 463 199,34
Pagamentos a fornecedores		-1 085 764,01	-1 088 736,66
Pagamentos ao pessoal		-1 656 486,02	-1 574 039,93
<i>Caixa gerada pelas operações</i>		30 768,99	-47 835,94
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		46 489,37	13 223,45
<i>Fluxos das atividades operacionais (1)</i>		77 258,36	-34 612,49
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-148 952,90	-146 888,47
Ativos fixos intangíveis			-8 302,50
Recebimentos provenientes de:			
<i>Fluxos das atividades de investimento (2)</i>		-148 952,90	-155 190,97
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-9 772,60	2 940,48
Subsídios e doações		271 774,90	228 360,75
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-113 777,95	-137 192,15
Juros e gastos similares		-56 723,28	-28 253,43
<i>Fluxos de atividades de financiamento (3)</i>		91 501,07	65 855,65
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		19 806,53	-123 947,81
Efeitos das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		383 306,26	507 254,07
Caixa e seus equivalentes no fim do período		403 112,79	383 306,26

A Entidade

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

O Contabilista Certificado

[Handwritten signature]
Luís Leite
C C n.º 39242



Santa Casa da
Misericórdia de Montalegre

Demonstração (individual ou consolidada) das alterações nos fundos patrimoniais no período 2022

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores					Total	Total dos fundos patrimoniais
		Fundos	Resultados transitados	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022	1	240 804,23	1 227 337,88	2 604 727,62	54 682,96		4 127 552,69	4 127 552,69
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais								
	12.2							
	12.2		54 682,96	-87 151,44	-54 682,96		-87 151,44	-87 151,44
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	2		54 682,96	-87 151,44	-54 682,96		-87 151,44	-87 151,44
RESULTADO INTEGRAL	3				14 476,46		14 476,46	14 476,46
	4=2+3							
					-40 206,50		-72 674,98	-72 674,98
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2022	6=1+2+3+5	240 804,23	1 282 020,85	2 517 576,18	14 476,46		4 054 877,72	4 054 877,72

Demonstração (individual ou consolidada) das alterações nos Fundos Patrimoniais no período 2023

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores					Total	Total dos fundos patrimoniais
		Fundos	Resultados transitados	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2023	1	240 804,23	1 282 020,84	2 517 576,18	14 476,46		4 054 877,71	4 054 877,71
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais								
	12.2		14 476,46	-87 151,44	-14 476,46		-87 151,44	-87 151,44
	12.2		14 476,46	-87 151,44	-14 476,46		-87 151,44	-87 151,44
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	2							
	3				101 663,39		101 663,39	101 663,39
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3							
					87 186,93		14 511,95	14 511,95
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2023	6=1+2+3+5	240 804,23	1 296 497,30	2 430 424,74	101 663,39		4 069 389,66	4 069 389,66

A Entidade

O Contabilista Certificado

[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]

[Assinatura]



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

ANEXO
(Período 2023)

1 – Identificação da entidade

1.1 – Designação da entidade

Irmandade da Santa Casa Misericórdia de Montalegre

NIPC 501 745 963

1.2 – Sede

Rua General Humberto Delgado, n.º 473

5470-247 Montalegre

1.3 – Natureza da atividade

A Irmandade da Santa Casa Misericórdia de Montalegre é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), que tem como atividade principal o apoio social a idosos com alojamento (ERPI).

Dispõe, também, de uma Unidade de Cuidados Continuados Integrados, com internamento de média e longa duração, bem como a Resposta Social de Apoio Domiciliário e Creche.

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 – As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), publicada sob o Aviso n.º 8259/2015. Por seu turno, esta Norma decorre do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho. No Anexo daquele Decreto, alterado por este último, refere-se que o Sistema de Normalização é composto por:



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, sendo que, para o caso das Entidades do Setor Não Lucrativo, está contemplada uma Norma específica – Aviso n.º 8259/2015;
- Normas Interpretativas (NI).

2.2 – Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

3 – Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 – Principais políticas contabilísticas

3.1.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

3.1.1.1 – Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.



Handwritten signature and initials in blue ink, including the name "Paula Barros" and other illegible marks.

3.1.1.2 – Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “*Devedores e credores por acréscimos*” e “*Diferimentos*”.

3.1.1.3 – Consistência de apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Neste sentido, destacamos a contabilização das comparticipações mensais pagas pelo Instituto da Segurança Social para as diversas respostas sociais, que pela Circular 93/2023 de 10/11/2023 emitida pela União das Misericórdias Portuguesas, passam a ser contabilizadas como rédito (anteriormente contabilizadas como subsídios à exploração). Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utilizadores da informação.

3.1.1.4 – Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utilizadores da informação com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.1.5 – Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Fm', 'Fguy', 'Rafael', and 'Rafael'.

3.1.1.6 – Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas demonstrações financeiras, com respeito ao período anterior, respeitando o princípio da continuidade da entidade.

As políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alteração das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.1.2 – Outras políticas contabilísticas (mensuração e reconhecimento)

3.1.2.1 – Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os aumentos à quantia escriturada em resultado das revalorizações efetuadas até aquela data foram creditados em excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis, nos fundos patrimoniais da entidade

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. Sendo que algumas classes de ativos fixos tangíveis estão mensurados ao modelo de custo.

As depreciações são calculadas, quando o ativo estiver disponível para uso, pelo método da linha reta, numa base de duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Ativos fixos tangíveis	Número de anos
Edifícios e out. construções	50
Equipamento básico	1 a 8
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	1 a 6
Outros ativos fixos tangíveis	1 a 8



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Fim', 'D/MP', 'Alf', and 'Paulo Barron'.

Os terrenos não são depreciados.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem.

As mais ou menos-valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

3.1.2.2 – Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas. Os ativos intangíveis são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam em estado de uso, pelo método de linha reta, numa base de duodécimos, durante um período de 3 anos para os programas de computador e 3 anos para os projetos de desenvolvimento.

3.1.2.3 – Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros existentes no Balanço são outros investimentos financeiros que não correspondem a participações no capital de outras empresas, dizem respeito ao Fundo de Compensação de Trabalho e Fundos de Reestruturação do Setor Social.

3.1.2.4 – Imparidade de ativos

À data do balanço a entidade avalia se há algum indício de que o ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida como rendimento na demonstração dos resultados e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

3.1.2.5 – Inventários

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo: estes inventários encontram-se valorizados ao menor de entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Fin', 'Gamy', 'Celf', 'Paulo', and 'JL'.

O custo destes inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que as prestações de serviços são reconhecidas.

3.1.2.6 – Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo.

3.1.2.7 – Instrumentos financeiros

i) Dívidas de terceiros

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado não terem implícitos juros. São apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

ii) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iii) Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Paulo Barron'.

iv) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo.

v) Outros instrumentos financeiros

Os “outros instrumentos financeiros” evidenciados no balanço correspondem todos os instrumentos financeiros que não sejam caixa ou depósitos bancários e são mensurados ao justo valor, cujas alterações estão reconhecidas na demonstração de resultados.

3.1.2.8 – Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

3.1.2.9 – Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito das prestações de serviços que se iniciam e terminam no mesmo período de relato é reconhecido na data da conclusão do serviço.

O reconhecimento do rédito depende da mensuração com fiabilidade do desfecho da transação que envolve a prestação de serviços, o qual se considera verificado nas seguintes condições, cumulativas:

- a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- seja provável que os benefícios económicos fluam para a entidade.

Os juros são reconhecidos utilizando o regime do acréscimo.



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Fim' or 'Fim' followed by a signature.

3.1.2.10 – Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis, são inicialmente reconhecidos como componente dos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados como rendimentos do exercício na proporção das depreciações efetuadas em cada período e/ou durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios que se destinam à exploração são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “subsídios, doações e legados à exploração” da demonstração dos resultados a que respeitam, independentemente da data do seu recebimento, exceto o valor das participações mensais pagas pelo Instituto da Segurança Social para as diversas respostas sociais que passam a ser contabilizados no rédito.

3.1.2.11 – Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem ordenados, subsídio de férias e de Natal, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável bem como as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago no período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados conforme o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.



Handwritten signature and initials in blue ink.

3.1.2.12 – Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da entidade. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.1.3 – Principais pressupostos relativos ao futuro

A entidade tem por garantido que permanecerá em continuidade durante todo o ano 2024.

Não existem fontes de incerteza relevantes com relação às estimativas efetuadas.

3.2 – Alterações nas políticas contabilísticas

Durante o exercício de 2023 ocorreram alterações das políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao período comparativo, no que diz respeito à contabilização do valor das participações mensais pagas pelo Instituto da Segurança Social para as diversas respostas sociais que passam a ser contabilizados no rédito (anteriormente contabilizadas em subsídios à exploração).

3.3 – Alterações nas estimativas contabilísticas

Não existiram alterações nas estimativas com efeitos em períodos futuros.

4 – Fluxos de Caixa

Ver alíneas iv) e v) do ponto 3.1.2.7 da nota 3 deste anexo

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Meios financeiros líquidos	2023	2022
Caixa	504,92	667,40
Depósitos à ordem	402 607,87	382 638,86
Total	403 112,79	383 306,26



De acordo com as alterações à norma contabilística de relato financeiro para as Entidades do Setor não lucrativo (NCRF-ESNL), art.º4 alínea a) da portaria n.º220/2015 de 24 de julho.

Handwritten signature and stamp:
Fin
Agua
Celuf.
Ruibomero

5 – Ativos fixos tangíveis

Ver ponto 3.1.2.1 na nota 3 deste anexo

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas (agregada com perdas por imparidade acumuladas), a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates e as alienações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos fixos tangíveis							
Quantias brutas escrituradas	2021	Adições	Alienações /abates	2022	Adições	Alienações /abates	2023
Terrenos e rec. naturais	59 629,30			59 629,30		-597,56	59 031,74
Edifícios e outras construções	6 952 629,15	116 061,80		7 068 690,95	220 543,62		7 289 234,57
Equipamento básico	786 066,60	14 983,91		801 050,51			801 050,51
Equipamento de transporte	186 021,32			186 021,32		-11 971,15	174 050,17
Equipamento administrativo	124 613,45			124 613,45	6 794,72		131 408,17
Outros ativos fixos tangíveis	204 915,74	10 285,84		215 201,58	1 279,20		216 480,78
AFT em curso	33 716,59			33 716,59		-30 984,84	2 731,75
Sub-total	8 347 592,15	141 331,55		8 488 923,70	228 617,54	-43 553,55	8 673 987,69
Depreciações e perdas por imparidade	2021	Adições	Alienações /abates	2022	Adições	Alienações /abates	2023
Edifícios e outras construções	2 332 547,04	134 231,00		2 466 778,04	138 610,53		2 605 388,57
Equipamento básico	593 259,53	58 650,23		651 909,76	58 569,72	-0,01	710 479,47
Equipamento de transporte	173 400,49	5 825,00		179 225,49	5 825,00	-11 971,15	173 079,34
Equipamento administrativo	91 787,68	8 814,91		100 602,59	8 689,02		109 291,61
Outros ativos fixos tangíveis	151 716,70	11 239,43		162 956,13	11 763,86		174 719,99
Sub-total	3 342 711,44	218 760,57		3 561 472,01	223 458,13	-11 971,16	3 772 958,98
Quantias líquidas escrituradas	5 004 880,71	-77 429,02		4 927 451,69	5 159,41	-31 582,39	4 901 028,71

6 – Ativos intangíveis

Ver ponto 3.1.2.2 na nota 3 deste anexo

A quantia bruta escriturada, as amortizações acumuladas (agregada com as perdas por imparidade acumuladas), a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates e as alienações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:



*Fun
Afua
Cuf
Paulo Barros*

Ativos intangíveis							
Quantias brutas escrituradas	2021	Adições	Alienações /abates	2022	Adições	Alienações /abates	2023
Projetos de desenvolvimento	185 993,92	7 526,25		193 520,17	1 806,35		195 326,52
Programas de computador	7 788,18			7 788,18		-1 806,05	5 982,13
Outros ativos intangíveis	1 660,50			1 660,50			1 660,50
Sub-total	195 442,60	7 526,25		202 968,85	1 806,35	-1 806,05	202 969,15
Amortizações e perdas por imparidade	2021	Adições	Alienações /abates	2022	Adições	Alienações /abates	2023
Projetos de desenvolvimento	178 340,36	8 907,86		187 248,22	4 314,65		191 562,87
Programas de computador	7 788,18			7 788,18		-1 806,05	5 982,13
Outros ativos intangíveis	1 660,50			1 660,50			1 660,50
Sub-total	187 789,04	8 907,86		196 696,90	4 314,65	-1 806,05	199 205,50
Quantias líquidas escrituradas	7 653,56	-1 381,61		6 271,95	-2 508,30		3 763,65

7 – Investimentos financeiros

Ver ponto 3.1.2.3 na nota 3 deste anexo

7.1

Entidades	2021	Aumentos	Diminuições	2022	Aumentos	Diminuições	2023
Fundo Compensação Trabalho	17 055,91	6 148,66	3 326,97	19 877,60	2 963,70	1 524,20	21 317,10
FRSS	532,53			532,53			532,53
Total	17 588,44	6 148,66	3 326,97	20 410,13	2 963,70	1 524,20	21 849,63

7.2 As demonstrações financeiras devem divulgar e refletir quaisquer aumentos/reduções de justo valor.

Entidades	2022		2023	
	Aumentos	Diminuições	Aumentos	Diminuições
Fundo compensação trabalho		-1 058,92	794,50	
Total		-1 058,92	794,50	
Aumentos/reduções de justo valor		-1 058,92	794,50	

8 – Inventários

Ver ponto 3.1.2.5 na nota 3 deste anexo

8.1 – As demonstrações financeiras devem divulgar:

a) As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada;

Os inventários são valorizados ao menor de entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo médio ponderado.



Fin
Hany
Chief
Tambora
JL

b) A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade;

Quantias escrituradas de inventários	2023	2022
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	46 201,63	42 172,70
Total	46 201,63	42 172,70

c) A quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período;

Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período	2023			2022		
	Mercadorias	Mat-primas, sub., consumo	Total	Mercadorias	Mat-primas, sub., consumo	Total
Inventários no começo do período		42 172,70	42 172,70		64 310,33	64 310,33
Compras		149 615,16	149 615,16		125 168,73	125 168,73
Regularizações		54,26	54,26		-12 384,15	-12 384,15
Inventários no fim do período		46 201,63	46 201,63		42 172,70	42 172,70
CMVMC		145 640,49	145 640,49		134 922,21	134 922,21

9 – Rédito

Ver ponto 3.1.2.8 na nota 3 deste anexo

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Réditos reconhecidas no período	2023	2022
Prestação de serviços	1 773 011,37	887 509,66
Total	1 773 011,37	887 509,66

De acordo com a circular 93/2023 de 10/11/2023 da União das Misericórdias Portuguesas, os valores das comparticipações mensais pagas pelo Instituto da Segurança Social para as diversas respostas sociais passam a ser contabilizados no rédito (anteriormente contabilizadas em subsídios à exploração).



Handwritten signatures and initials in blue ink.

10 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões		Processos judiciais em curso	Total
Saldo inicial em 01.01.2022			
Aumentos	Ganhos registados nas demonstrações financeiras		
	Aquisições		
Reduções	Perdas registados nas demonstrações financeiras	67 598,61	67 598,61
	Alienações		
Saldo final em 31.12.2022 / saldo inicial em 01.01.2023		-67 598,61	-67 598,61
Aumentos	Ganhos registados nas demonstrações financeiras	19 024,29	19 024,29
	Aquisições		
Reduções	Perdas registados nas demonstrações financeiras		
	Alienações		
Saldo Final em 31.12.2023		-48 574,32	-48 574,32

10.1 – No final do exercício existia 1 processo judicial em curso:

No âmbito do processo n.º 1598/20.2 T8VRL intentado pela Norcep Construções, S.A. contra a ISCM Montalegre relativo a trabalhos a mais no valor de € 420.438,71, foi em 09/03/2023 proferida sentença de condenação da Irmandade ao pagamento da quantia de 48.574,32 euros (acrescida de juros de mora, à taxa legal, comercial, contados desde a data da presente decisão até integral pagamento).

Uma vez que, a ação tem algumas probabilidades de sucesso, considerou-se prudente, apesar da entidade já ter recorrido da sentença, manter a provisão para processos judiciais no montante de 48.574,32 euros reconhecida em 2022.

10.2 No final do exercício existiam 2 processos judiciais em curso a favor da Santa Casa da Misericórdia:

Em 14 de maio de 2021, a Santa Casa da Misericórdia, na qualidade de Autora, apresentou uma ação declarativa de condenação sob a forma de processo comum, com o valor de € 109.827,81, contra a Norcep Construções S.A., que deu origem ao processo 146/22.4 BEMDL. A ação tem algumas probabilidades de sucesso, pelo que se torna relevante este facto ser divulgado.

Em 18 de julho de 2021, a Santa Casa da Misericórdia, na qualidade de Autora, apresentou uma ação declarativa de condenação sob a forma de processo comum, com o



Fun
Ciel
Paulo Barros

valor de € 70.257,60, contra a Norcep Construções S.A., que deu origem ao processo 218/22.5 BEMDL. A ação tem algumas probabilidades de sucesso, pelo que se torna importante ser divulgado no presente anexo.

Não existem, à data de 31/12/2023, outros pleitos ou ações judiciais, nem assuntos processuais de natureza judicial, reclamações ou outros processos pendentes.

11 – Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo

Ver ponto 3.1.2.9 na nota 3 deste anexo

11.1 – Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.

Os subsídios atribuídos pelo Estado, e que se destinam a financiar parte dos investimentos em ativo não corrente encontram-se apresentados no balanço como componente dos fundos patrimoniais, sendo imputados aos rendimentos do período na proporção das depreciações/amortizações efetuadas, em cada período, encontrando-se incluídos na rubrica “Outros rendimentos”, na Demonstração de resultados por natureza.

	2023	2022
Imputação de sub. para investimentos	87 151,44	87 151,44

Os subsídios que se destinam à exploração encontram-se apresentados na demonstração de resultados como rendimento do período.

Entidades	2023	2022
Instituto Segurança Social	331 492,62	1 047 566,04
CDSS - Adaptar Social +		2 526,96
CDSS - SAAS		79 341,00
Administração Regional de Saúde	652 580,78	626 673,92
IEFP	19 575,95	39 597,58
Autarquias	240 000,00	216 000,00
IAPMEI - Compensação Aumento RMMG		4 256,00
Total	1 243 649,35	2 015 961,50

De acordo com a circular 93/2023 de 10/11/2023 da União das Misericórdias Portuguesas, os valores das comparticipações mensais pagas pelo Instituto da Segurança



Social para as diversas respostas sociais passam a ser contabilizados no crédito (anteriormente contabilizadas em subsídios à exploração).

Handwritten signatures and initials in blue ink.

12– Instrumentos financeiros

12.1 – Financiamentos obtidos

Ver ponto ii) 3.1.2.7 na nota 3 deste anexo

Financiamentos obtidos	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
2022				
CA Empréstimo nº 56051116875	132 141,00	660 705,00	406 991,98	1 199 837,98
RCI Banke nº ALF20650188001 (81-ZX-32)	5 278,44	908,42		6 186,86
Total	137 419,44	661 613,42	406 991,98	1 206 024,84
2023				
CA Empréstimo nº 56051116875	134 808,19	674 040,95	272 716,71	1 081 565,85
RCI Banke nº ALF20650188001 (81-ZX-32)	908,13			908,13
Total	135 716,32	674 040,95	272 716,71	1 082 473,98
Variação (2023-2022)	-1 703,12	12 427,53	-134 275,27	-123 550,86

12.2 – Fundos patrimoniais

Rubricas dos fundos patrimoniais	2021	Aumentos	Reduções	2022	Aumentos	Reduções	2023
Fundos líquidos	240 804,23			240 804,23			240 804,23
Resultados transitados	1 227 337,88	55 910,56	-1 227,60	1 282 020,84	14 476,46		1 296 497,30
Outras variações no fundo patrimonial	2 604 727,62		-87 151,44	2 517 576,18		-87 151,44	2 430 424,74
Resultado líquido	54 682,96	14 476,46	-54 682,96	14 476,46	101 663,39	-14 476,46	101 663,39
Total	4 127 552,69	70 387,02	-143 062,00	4 054 877,71	116 139,85	-101 627,90	4 069 389,66

13 – Benefícios dos empregados

Ver ponto 3.1.2.10 na nota 3 deste anexo

13.1 – Número médio de empregados

O número médio de empregados no ano de 2023 foi de 106.

Gastos com pessoal	2023	2022
Órgãos Sociais:	35 898,78	33 130,17
Remunerações	30 658,23	28 293,57
Encargos seg. social	5 240,55	4 836,60
Funcionários:	1 716 885,36	1 638 811,22
Remunerações	1 441 872,51	1 377 568,48
Encargos seg. social	275 012,85	261 242,74
Seguros	22 432,40	18 174,84
Outros	8 294,52	8 405,46
Total	1 783 511,06	1 698 521,69



Handwritten signature and initials in blue ink.

13.2 – Órgãos sociais

O número de membros dos órgãos sociais ascende a 17, entre membros efetivos e suplentes.

A Assembleia Geral é composta por 3 membros, a Mesa Administrativa por 8 (5 efetivos e 3 suplentes) e o Conselho Fiscal por 6 (3 efetivos e 3 suplentes).

13.3 – Número médio de voluntários

Não existem

14 – Divulgações exigidas por diplomas legais

14.1 – Dando cumprimento ao estipulado no art.º 210.º do código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, a Mesa Administrativa informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada dentro dos prazos legalmente estipulados.

14.2 – A Mesa Administrativa informa que a Entidade não apresenta dívidas ao Estado em mora.

14.3 – A 31 de dezembro de 2023 não existiam salários em dívida aos funcionários.

14.4 – Os honorários do Revisor Oficial de Contas, para 2023, são de 5.904,00€.

15 – Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

15.1 – Clientes, utentes, fornecedores, fundadores e instituidores

	Quantia bruta	Imparidades acumuladas	Quantia líquida	Quantia bruta	Imparidades acumuladas	Quantia líquida
Ativos	2023			2022		
Créditos a receber	188 674,80		188 674,80	117 969,64		117 969,64
Irmãos	5 007,50		5 007,50	4 233,50		4 233,50
Outros créditos a receber	69 374,86		69 374,86	200 683,17		200 683,17
Total	263 057,16		263 057,16	322 886,31		322 886,31
Passivos	2023			2022		
Fornecedores	53 060,20		53 060,20	18 205,28		18 205,28
Fornecedores de investimentos	24 725,00		24 725,00	1 430,00		1 430,00
Outras dívidas a pagar	307 871,32		307 871,32	291 184,40		291 184,40
Total	385 656,52		385 656,52	310 819,68		310 819,68



Santa Casa da
Misericórdia de Montalegre

De acordo com as alterações à norma contabilística de relato financeiro para as Entidades do Setor não lucrativo (NCRF-ESNL), art.º4 alínea a) da portaria n.º220/2015 de 24 de julho estabelece alterações ao nível da configuração do balanço a rubrica “Clientes/Utentes” no balanço passou a designar-se “Créditos a Receber”.

Handwritten signature and initials in blue ink.

15.2 – Estado e outros entes públicos

Estado e outros entes públicos	2023	2022
Ativo		
EOEP - IVA	16 943,39	13 444,75
Total	16 943,39	13 444,75
Passivo		
EOEP - Imposto s/ rendimento	12 889,60	11 468,38
EOEP - IVA	20 879,05	
EOEP - Segurança Social	35 028,37	34 054,21
EOEP - Outros		578,25
Total	68 797,02	46 100,84

15.3 – Outros ativos/passivos correntes

Outras ativos/passivos correntes	2023	2022
Ativo - outros créditos a receber		
Devedores por acréscimos de rendimentos	55 668,76	175 619,65
IEFP	12 975,36	23 926,59
Fornecedores saldo devedor	730,74	1 136,93
Total	69 374,86	200 683,17
Passivo - outros passivos correntes		
Credores por acréscimos de gastos	290 537,69	270 223,45
Fornecedores de investimento	24 725,00	1 430,00
Penhoras de vencimentos		138,90
IEFP	1 503,72	2 124,36
Cofre utentes	12 650,24	16 991,12
Outros	3 179,67	1 706,57
Total	332 596,32	292 614,40

De acordo com as alterações à norma contabilística de relato financeiro para as Entidades do Setor não lucrativo (NCRF-ESNL), art.º4 alínea a) da portaria n.º220/2015 de 24 de julho estabelece alterações ao nível da configuração do balanço.



Handwritten signature and stamp:
Paula Barros

15.4 – Devedores e credores por acréscimos

Acréscimos	2023	2022
Ativo - acréscimos de rendimentos		
Faturação UCCI	55 668,76	175 619,65
Total	55 668,76	175 619,65
Passivo - acréscimos de gastos		
Trabalhos especializados a liquidar		3 375,00
Férias e sub. férias a liquidar	246 562,35	229 206,23
Eletricidade, água, comunicação a liquidar	43 975,34	37 642,22
Total	290 537,69	270 223,45

15.5 – Diferimentos

Diferimentos	2023	2022
Ativo - Gastos a reconhecer		
Trabalhos especializados	2 114,20	6 696,97
Seguros	10 053,27	9 845,89
Limpeza, higiene e conforto	11 063,40	12 924,41
Outros		1,67
Total	23 230,87	29 468,94
Passivo - Rendimentos a reconhecer		
IEFP	8 797,80	9 454,73
Comparticipações Creche		10 290,72
Comparticipações ERPI	14 112,30	35 548,80
Comparticipações SAD	1 386,23	4 696,80
Total	24 296,33	59 991,05

Nota: O valor das participações corresponde a uma antecipação de 1,8% da atualização de 6% para as respostas sociais ERPI e SAD, paga pelo Instituto da Segurança Social.



15.6 – Fornecimentos e serviços externos

FSE	2023	2022
Subcontratos	226 988,88	201 827,93
Trabalhos especializados	114 077,61	105 312,99
Publicidade e propaganda	6 105,49	858,74
Vigilância e segurança	1 984,39	427,14
Honorários	82 334,99	66 702,98
Comissões		
Conservação e reparação-edifícios o. const.	41 549,60	20 303,82
Conservação e reparação-eq. Básico	10 275,68	12 203,93
Conservação e reparação-eq. transporte	4 699,62	2 285,84
Conservação e reparação-eq. administrativo	5 595,81	4 500,00
Conservação e reparação-outros AFT		
Serviços bancários	604,01	441,20
Ferramentas e utensílios	13 599,22	5 021,61
Material de escritório	8 363,42	8 335,18
Eletricidade	63 141,81	86 796,44
Combustíveis	184 016,39	271 495,22
Água	10 514,63	6 526,15
Deslocações e estadas	3 940,93	2 637,44
Transporte de mercadorias		
Rendas e alugueres		246,00
Comunicação	9 191,55	8 550,45
Seguros	7 422,98	7 234,40
Contencioso e notariado	870,81	186,00
Despesas de representação	5 327,88	504,53
Limpeza, higiene e conforto	32 685,85	36 475,11
Outros FSE	47 007,53	49 618,47
Total	880 299,08	898 491,57



Handwritten signature and stamp:
Fim
Diretor
Paulo Bruno

15.7 – Outros gastos

Outros Gastos	2023	2022
Impostos	154,12	147,21
Taxas	1 892,13	2 210,31
Correções de períodos anteriores	27 374,73	16 647,25
Quotizações	2 600,00	2 600,00
Multas e penalidades	816,00	0,25
Funerais	1 940,00	
Outros	0,85	
Total	34 777,83	21 605,02

15.8 – Gastos e perdas de financiamento

Ver ponto 3.1.2.6 na nota 3 deste anexo

Gastos e perdas de financiamento	2023	2022
Juros suportados	56 482,97	28 037,20
Despesas bancárias e comissões	240,00	215,00
Total	56 722,97	28 252,20

15.9 – Outros rendimentos

Outros rendimentos	2023	2022
Alienação ativos tangíveis	12 683,14	
Descontos pp obtidos	74,32	251,83
Correções de períodos anteriores	9 454,38	6 537,96
Imputação de sub. investimento	87 151,44	87 151,44
Comparticipações funerais	1 441,29	
Comparticipação energia		100,00
Reposição do subsídio refeição em espécie	92 106,58	87 901,08
Donativos	3 714,63	2 105,37
Benefícios de penalidades contratuais	4 496,75	3 394,77
Outros	3,79	1 681,50
Total	211 126,32	189 123,95

15.10 – Acontecimentos após data de balanço

Em Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício de 2023 será proposta a transferência do resultado líquido positivo de 101.663,39€ para Resultados Transitados.



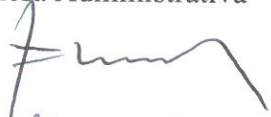
Santa Casa da
Misericórdia de Montalegre

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Montalegre, 11 de março de 2024

A Mesa Administrativa


António Dias Henriques
Conf.
Paulo Jorge Dias Barbosa


O Contabilista Certificado


Luís Leite

CC n.º 39242



Santa Casa da
Misericórdia de Montalegre

*For
Mun. Clif.
AutoBanco*

RELATÓRIO DE GESTÃO 2023



*Fun
Dir.
Paulo Gomes
JCS*

RELATÓRIO DE GESTÃO

(Exercício de 2023)

Ex.mos Irmãos

Dando cumprimento ao preceituado nos artigos nº 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais, vimos submeter à **Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Montalegre** relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

1 – APRECIÇÃO GLOBAL DA GESTÃO

No exercício de 2023, a entidade obteve um Resultado Líquido do Exercício positivo de 101.663,39€, o qual demonstra os esforços para equilibrar a situação financeira da Instituição e uma gestão cuidada, cumprindo sempre as leis e regulamentos aplicáveis, tendo sempre presente que, uma adequada estrutura organizacional conduz a uma segurança razoável na consecução dos objetivos, na eficácia e eficiência das operações e na fiabilidade do relato financeiro.

2 – EVOLUÇÃO DAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

(Análise prestações de serviços relativamente ao exercício anterior e das suas variações em valor e percentagem).

Evolução das prestações de serviços

	2023	2022	Incremento no V. Negócios	
			Valor	%
Prestação de serviços	1 773 011,37	887 509,66	885 501,71	99,77%

3 – EVOLUÇÃO DOS GASTOS

(Análise das principais rubricas de gastos, também relativamente ao período anterior e suas variações, nomeadamente os seguintes: custo das matérias consumidas, fornecimentos e serviços externos, gastos com o pessoal; gastos de depreciação e de amortização e gastos e perdas de financiamento)



Paulo B. B. B.
Paulo B. B. B.

Quadro da evolução dos gastos

	2023	2022	Incremento	
			Valor	%
CMVMC	145 640,49	134 922,21	10 718,28	7,94%
FSE	880 299,08	898 491,57	-18 192,49	-2,02%
Subcontratos	226 988,88	201 827,93	25 160,95	12,47%
Trabalhos especializados	114 077,61	105 312,99	8 764,62	8,32%
Publicidade e propaganda	6 105,49	858,74	5 246,75	610,98%
Honorários	82 334,99	66 702,98	15 632,01	23,44%
Conservação e reparação	62 120,71	39 293,59	22 827,12	58,09%
Ferramentas e utensílios	13 599,22	5 021,61	8 577,61	170,81%
Artigos para oferta		2 927,17	-2 927,17	-100,00%
Electricidade	63 141,81	86 796,44	-23 654,63	-27,25%
Combustíveis	184 016,39	271 495,22	-87 478,83	-32,22%
Deslocações e estadas	3 940,93	2 637,44	1 303,49	49,42%
Comunicação	9 191,55	8 550,45	641,10	7,50%
Despesas de representação	5 327,88	504,53	4 823,35	956,01%
Outros	109 453,62	106 562,48	2 891,14	2,71%
Gastos com pessoal	1 783 511,06	1 698 521,69	84 989,37	5,00%
Provisões (aumentos/reduções)		67 598,61	-67 598,61	-100,00%
Aumentos/reduções de justo valor		1 058,92	-1 058,92	-100,00%
Depreciações e amortizações	225 966,72	227 668,43	-1 701,71	-0,75%
Outros gastos e perdas	34 777,83	21 605,02	13 172,81	60,97%
Juros	56 482,97	28 037,20	28 445,77	101,46%
Outros gastos e perdas financiamento	240,00	215,00	25,00	11,63%
Total dos gastos e perdas financ.	56 722,97	28 252,20	28 470,77	100,77%
Total dos gastos e perdas	3 126 918,15	3 078 118,65	48 799,50	1,59%

4 – EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS

(Análise das principais rubricas de rendimento, também relativamente ao período anterior e suas variações)

Dentro das rubricas de rendimentos destacam-se as "Prestações de Serviços" e os Subsídios à Exploração que ascenderam em 2023 a 3.016.660,72€ (2.903.471,16€ em 2022).

Evolução dos rendimentos

	2023	2022	Incremento	
			Valor	%
Prestação de serviços	1 773 011,37	887 509,66	885 501,71	99,77%
Subsídios à exploração	1 243 649,35	2 015 961,50	-772 312,15	-38,31%
Ganhos por aumentos de justo valor	794,50		794,50	
Outros rendimentos	211 126,32	189 123,95	22 002,37	11,63%
Total dos rendimentos	3 228 581,54	3 092 595,11	135 986,43	4,40%



Fun
Ouf.
PauB
C

5 – INVESTIMENTOS NO EXERCÍCIO

(Divulgação dos principais investimentos efetuados.)

Quadro das adições de ativos fixos tangíveis

	2023	2022	Incremento	
			Valor	%
Edifícios	220 543,62	116 061,80	104 481,82	90,02%
Equipamento básico		14 983,91	-14 983,91	-100,00%
Equipamento de transporte				
Equipamento administrativo	6 794,72		6 794,72	
Outros ativos fixos tangíveis	1 279,20	10 285,84	-9 006,64	-87,56%
Total	228 617,54	141 331,55	87 285,99	61,76%

Quadro de valores brutos de ativos fixos tangíveis

	2023	2022	Incremento	
			Valor	%
Terrenos	59 031,74	59 629,30	-597,56	-1,00%
Edifícios	7 289 234,57	7 068 690,95	220 543,62	3,12%
Equipamento básico	801 050,51	801 050,51		
Equipamento de transporte	174 050,17	186 021,32		
Equipamento administrativo	131 408,17	124 613,45	6 794,72	5,45%
Outros ativos fixos tangíveis	216 480,78	215 201,58	1 279,20	0,59%
AFT em curso	2 731,75	33 716,59	-30 984,84	-91,90%
Total	8 673 987,69	8 488 923,70	197 035,14	2,32%

6 – TERCEIROS

As dívidas de terceiros, de clientes e utentes, Estado e outros ativos correntes e irmãos (quotas), ascendem a 280.000,55€ (336.331,06€ em 2022).

As dívidas a fornecedores, ao Estado, a instituições de crédito e outros passivos correntes ascendem a 1.536.927,52€ (1.562.945,36€ em 2022).

7 – FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não se considera terem existido, após o termo do exercício e até à presente data, factos relevantes a assinalar, que exigissem ajustamento ou divulgação nas demonstrações financeiras.



[Handwritten signature in blue ink]
[Handwritten signature in blue ink]

8 – PRINCIPAIS RISCOS

A atividade da entidade comporta em si uma variedade de riscos aos quais está exposta, designadamente, risco de liquidez e risco jurídico.

- Risco de liquidez

O risco de liquidez traduz a capacidade da entidade fazer face às suas responsabilidades financeiras tendo em atenção os recursos disponíveis. Esta entidade procura garantir que a estrutura de financiamento é adequada à natureza das suas obrigações.

- Riscos jurídicos

A entidade está sujeita a leis e regulamentos nacionais. A gestão dos riscos jurídicos é efetuada pela Mesa Administrativa em conjunto com assessoria jurídica externa, por forma a assegurar a proteção dos interesses da Entidade no respeito pelo cumprimento dos seus deveres legais.

9 – DÍVIDAS AO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Nos termos legais, informamos neste relatório de gestão que a entidade não se encontra em mora por quaisquer dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos, nomeadamente à Administração Fiscal e à Segurança Social.

10 – AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A NEGÓCIOS ENTRE A ENTIDADE E OS SEUS DIRETORES

Não foram concedidas quaisquer autorizações, nos termos art.º 397.º do CSC, pelo que nada há a indicar para efeitos da alínea e) n.º 5.º do art.º 66.º do CSC.

11 – EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ENTIDADE

Não existem situações previsíveis de colocar em causa a continuidade da Entidade, mantendo-se apropriado o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2023.

12 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício de 2023 será proposta a transferência do resultado líquido positivo de 101.663,39€ para Resultados Transitados.



Santa Casa da

Misericórdia de Montalegre

13 – AGRADECIMENTOS

Aos nossos clientes e utentes, às instituições de crédito e aos nossos fornecedores expressamos o nosso agradecimento pela colaboração e confiança que sempre nos prestaram.

Aos nossos colaboradores agradecemos o empenho e a dedicação que sempre manifestaram.

Montalegre, 11 de março de 2024

A Mesa Administrativa

F. M. M.
Antonio Dias Henriques
Comp.
Raul Jorge Dias Barros
[Signature]



Santa Casa da

Misericórdia de Montalegre

Contribuinte nº 501745963

O Contabilista Certificado **Luís Fernando de Carvalho Leite**, CC nº 39242, no âmbito das suas funções, vem por este meio solicitar ao órgão de gestão da entidade **Irmandade Santa Casa Misericórdia de Montalegre** informações para o cumprimento declarativo na IES (Informação Empresarial Simplificada), que a seguir se detalha:

1. Quadro 11 da folha de rosto da IES – Confirmação anual do beneficiário efetivo

Pretende optar por efetuar a confirmação anual do beneficiário através da IES ou pretende efetuar essa confirmação diretamente no registo central do beneficiário efetivo? _____

Optando por efetuar a referida confirmação anual através da IES, indique, com referência ao último dia do ano civil do exercício findo a que respeita esta declaração.

Se confirma a informação constante do RCBE, ou seja, se a mesma se encontra exata, suficiente e atual. _____

Atesta-se, ainda, que a informação indicada corresponde à verdade,

31 de Dezembro de 2023

A Entidade


António Dias Henriques
Dir. Inf.


Paulo Jorge Dias Barão

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Mesa Administrativa propõe que o **Resultado Líquido Positivo** de 101.663,39 €, nas contas de 2023, seja transferido para Resultados Transitados.

Montalegre, 21 março de 2024

O Provedor

Fernando José Gomes Rodrigues

A Vice-Provedora

Maria Manuela Flambo Pedreira Carvalho

O Secretário

Alberto Armindo do Braz Moura

O Tesoureiro

António Dias Henriques

O Vogal

Paulo Jorge Dias Barroso



Santa Casa da **Misericórdia de Montalegre**

CONCLUSÕES/AGRADECIMENTOS

Exmos. Irmãos,

Aqui fica o resumo das contas e da nossa atividade no último ano, que exigiu muito trabalho e muita dedicação.

Mesmo assim, conseguimos um desempenho financeiro aceitável, mas continuamos com dificuldades para fazer frente aos aumentos salariais desejáveis, e sobretudo à necessária renovação dos edifícios e equipamentos, do lar e da creche, que já têm 40 anos de vida.

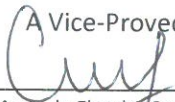
Agradecemos à Câmara Municipal que assume o pagamento do empréstimo para a obra da UCC, salientando que isso se traduz nos serviços sociais e de saúde, mas também na criação de 44 postos de trabalho, de entre os mais de 100 trabalhadores da Instituição.

Montalegre, março de 2024

O Provedor


Fernando José Gomes Rodrigues

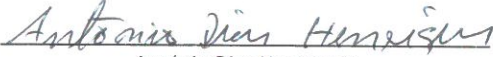
A Vice-Provedora


Maria Manuela Flambo Pedreira Carvalho

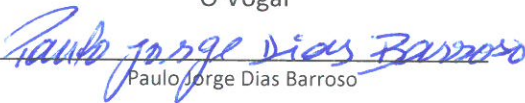
O Secretário


Alberto Armindo do Braz Moura

O Tesoureiro


António Dias Henriques

O Vogal


Paulo Jorge Dias Barroso



Santa Casa da **Misericórdia de Montalegre**

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Assunto: Relatório de Atividades, Conta de Gerência de 2023 e Relatório de Gestão e Aplicação de Resultados

Aos 21 dias do mês de março de 2024 reuniu o Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia de Montalegre, a fim de apreciar o Relatório de Atividades e Contas de 2023 e de se pronunciar sobre a Aplicação de Resultados, de acordo com o disposto na alínea c) do Artigo 31.º do Compromisso, e para emitir o seu **PARECER** solicitado pela Mesa Administrativa.

1. Foi objeto de análise o **Relatório de Atividades 2023** das várias valências e setores apresentado pela Mesa Administrativa, considerando-se haver um trabalho positivo de toda a estrutura, apesar da situação difícil criada pela inflação e pelos preços da energia, pelo que se emite **PARECER FAVORÁVEL**.
2. Sobre a **Conta de Gerência e Relatório de Gestão**, e tendo em conta o orçamento inicial e o retificativo, oportunamente aprovados, pode constatar-se que a execução orçamental, receita e despesa comportou-se conforme previsto nos documentos previsionais.

Na sequência de informação prestada pela Mesa Administrativa, e através dos documentos elaborados pelo gabinete de contabilidade, efetuou-se uma análise à Conta de Gerência, bem como à evolução e comportamento das receitas e despesas da exploração e verifica-se a regular liquidação de 18.000,00 € mês, por parte da Câmara, referente ao acordo para a obra da UCC.

Devemos salientar ainda:

- a. Apuramento de 225.966,72 € de **Depreciações e Amortizações**;
- b. Diminuição do **Passivo** de dívida da UCC, fixando-se assim em 946.757,66 €.
- c. E, apesar da inflação e subida exagerada dos preços da energia, o **Resultado Líquido Positivo** 101.663,39 €.



Santa Casa da **Misericórdia de Montalegre**

O subsídio de aumento dos acordos da Segurança Social, aprovado pelo Governo, permitiu um saldo positivo significativo, tendo em conta a inflação e sobretudo o custo com aquecimento.

Por tudo isto emite-se **PARECER FAVORÁVEL**.

3. A Mesa Administrativa propõe que o **Resultado Líquido** de 101.663,39 € seja transferido para **Resultados Transitados**.

A proposta de **Aplicação de Resultados** positivos merece também **PARECER FAVORÁVEL**.

PARECER:

Face ao exposto é emitido **PARECER FAVORÁVEL** e recomendamos aos Irmãos:

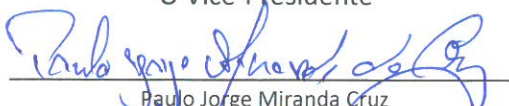
1. Que aprovem o **Relatório de Atividades de 2023**
2. Que aprovem o **Conta de Gerência 2023 e Relatório de Gestão**
3. **Aplicação de Resultados** – Que o **Resultado Líquido** positivo de 101.663,39 € seja transferido para **Resultados Transitados**, conforme proposta da Mesa Administrativa.

Montalegre, 21 de março 2024

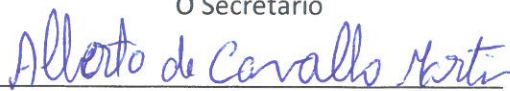
O Presidente


João Batista Branco Alves

O Vice-Presidente


Paulo Jorge Miranda Cruz

O Secretário


Alberto Martins Carvalho



Santa Casa da **Misericórdia de Montalegre**

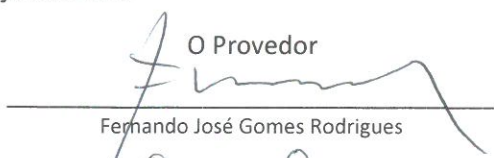
APROVAÇÃO DA CONTA DE GERÊNCIA E RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2023

MESA ADMINISTRATIVA

A presente **Conta de Gerência e Relatório de Gestão de 2023** foram apresentados, discutidos e APROVADOS por unanimidade em reunião da Mesa Administrativa de 21 de março de 2024, assim como a **Proposta de Aplicação de Resultados**, que mereceram PARECER FAVORÁVEL do Conselho Fiscal que se encontra anexo aos documentos.

Montalegre, 21 de março de 2024

O Provedor


Fernando José Gomes Rodrigues

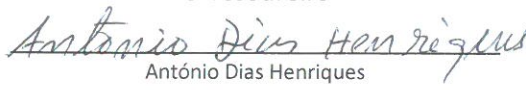
A Vice-Provedora


Maria Manuela Flambo Pedreira Carvalho

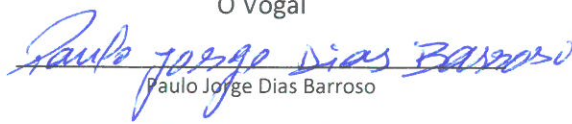
O Secretário


Alberto Armindo do Braz Moura

O Tesoureiro


António Dias Henriques

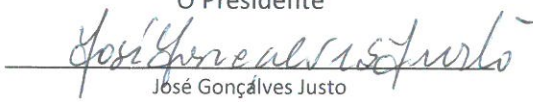
O Vogal


Paulo Jorge Dias Barroso

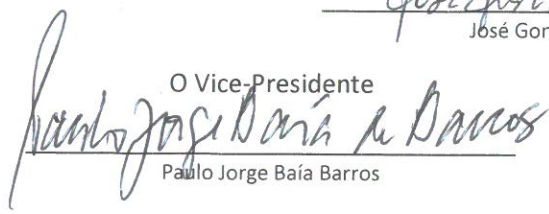
ASSEMBLEIA GERAL

A presente **Conta de Gerência e Relatório de Contas de 2023, a Proposta de Aplicação de Resultados e o Parecer do Conselho Fiscal**, foram apresentados, discutidos e aprovados em reunião da Assembleia Geral de 28 de março de 2024.

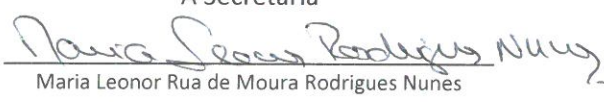
O Presidente


José Gonçalves Justo

O Vice-Presidente


Paulo Jorge Baía Barros

A Secretária


Maria Leonor Rua de Moura Rodrigues Nunes